

Nem só de trabalho se constrói dignidade

Meus pais, semianalfabetos, me criaram acreditando em uma ideia simples e incontestável: seja honesta, respeitosa, trabalhe muito, cumpra seus deveres e, com certeza, a vida lhe recompensará. E eu cresci assim, acreditando nisso como uma filha obediente, guiada por um princípio moral quase inquestionável.

Durante décadas, mantive um pacto silencioso entre meu esforço e a expectativa de recompensa. Como se existisse um mundo justo, previsível, capaz de compensar toda entrega e dedicação de maneira proporcional.

Para mim, bastava fazer a minha parte. E eu fiz. Fiz com amor, dedicação e fé, aquela fé que nos enche de esperança e, ao mesmo tempo, nos cega a ponto de acreditar no futuro apenas porque sentimos que o merecemos.

Tudo isso parece muito bonito, não é? Talvez na teoria. Talvez no discurso tão repetido em nossa sociedade sobre mérito, esforço e recompensa.

Na prática, porém, a realidade sempre foi mais desconfortável. Basta olhar ao redor. Quantas pessoas acordam ainda de madrugada, enfrentam horas de transporte público lotado, jornadas exaustivas e cobranças constantes?

Como professora de escola pública, dediquei mais de quatro décadas ao trabalho. Foram anos atravessando madrugadas, planejando aulas, corrigindo atividades, acolhendo conflitos que jamais couberam na descrição formal da profissão. Trabalhei em diferentes períodos, convivi com alunos, famílias, colegas e gestores, além da permanente escassez de recursos e das exigências sempre crescentes.

Trabalhei muito. Talvez até demais.

Ao final dessa longa trajetória, imaginei que ao menos a velhice me devolveria alguma tranquilidade. Mas foi justamente nesse ponto que compreendi, de forma ainda mais concreta, como o trabalho, sozinho, não garante dignidade.

O salário encolhe, garantias desaparecem, a assistência se torna limitada e a sensação que permanece é a de que, para muitos trabalhadores, uma vida inteira de contribuição não assegura proporcional proteção.

E essa não é uma realidade exclusivamente minha.

São muitos trabalhadores, independentemente da profissão, vivendo a mesma lógica durante anos, às vezes décadas inteiras: trabalham muito e vivem pouco. E, ainda assim, sempre aparece alguém para repetir que faltou mais esforço individual, mais dedicação, mais resiliência. Como se empenho fosse uma espécie de senha universal para estabilidade, respeito e dignidade.

Sinceramente, eu gostaria que fosse tão simples. Mas não é.

Todo trabalho tem valor. Exige rotina, responsabilidade, preparo físico, intelectual e emocional.

O trabalho, sozinho, não garante dignidade.

Se garantisse, não existiriam relações abusivas, jornadas desumanas, assédio moral, informalidade e tantas outras distorções que ainda afetam a vida de milhares de trabalhadores.

Foi preciso compreender algo essencial: cidadania não nasce apenas do cumprimento de deveres, mas também do reconhecimento de direitos. Parece algo óbvio, mas essa construção foi lenta e ainda continua em andamento.

É justamente por isso que instituições voltadas à justiça do trabalho são tão imprescindíveis. Elas existem para lembrar algo que, por vezes, insistimos em esquecer: entre o trabalhador e a vulnerabilidade absoluta, deve existir proteção.

Proteção legal. Mediação. Limites.

Não para favorecer um lado ou outro, mas para garantir aquilo que deveria ser inegociável: a dignidade humana.

Ao pensar nos quarenta anos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, penso justamente nessa importância. Não apenas como instituição ou pelo longo tempo de atuação jurídica e administrativa, mas por tudo aquilo que representa simbolicamente.

Porque cidadania não se constrói apenas com grandes discursos. Constrói-se em atos concretos, muitas vezes discretos: quando uma pessoa encontra respaldo diante de uma injustiça; quando uma relação desigual encontra freio; quando o trabalho deixa de ser apenas sobrevivência e se aproxima um pouco mais daquilo que sempre deveria representar.

Dignidade.

No fim, talvez essa seja a maior lição que o tempo me ensinou: não basta apenas trabalhar e esperar que o mundo seja justo por conta própria. Uma sociedade minimamente decente precisa criar caminhos para que trabalho e humanidade não sigam separados. Afinal, trabalhar é necessidade. Ser tratado com dignidade é nosso direito.

Susete Aparecida Rodrigues Mendes

Professora Aposentada